

Agricultura familiar: a organização espacial na produção e no turismo

SANDRA DO NASCIMENTO NODA

HIROSHI NODA

ALCIONE RIBEIRO DE AZEVEDO

AYRTON LUIZ URIZZI MARTINS

MARIA SILVESNÍZIA PAIVA

A TEMÁTICA E A PROPOSTA DE TRABALHO

Uma das formas recentes de penetração do capitalismo na região do Rio Negro tem sido as atividades de turismo ecológico. Isto vem requerendo, por parte da agricultura familiar tradicional, diferentes estratégias para a manutenção das suas formas de produção. Assim, este trabalho enfoca, dentro da perspectiva de produção em sistema agroflorestal, as possíveis modificações ocorridas na organização espacial das agriculturas familiares, que utilizam processos integrados de produção estreitamente relacionados à sustentabilidade ambiental. O espaço geográfico deste estudo corresponde às proximidades da ESEC-Anavilhanas - Estação Ecológica de Anavilhanas, localizada na microrregião do Baixo Rio Negro, no município de Novo Airão no Estado do Amazonas (Figura 1).

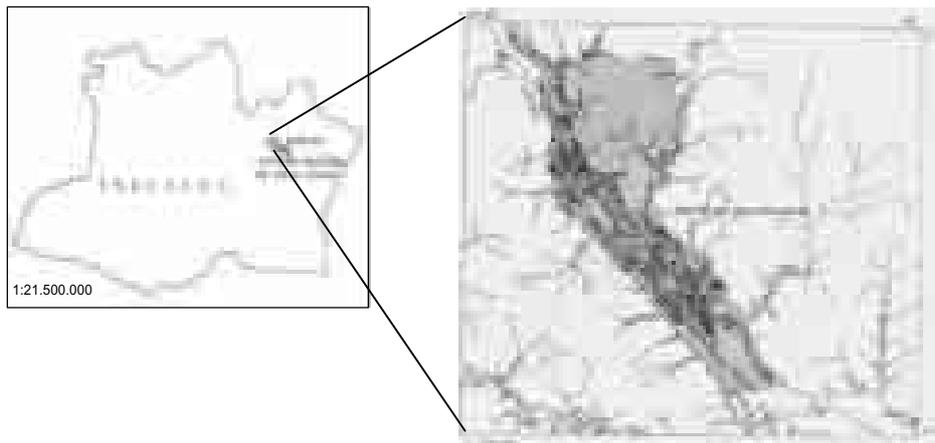


Figura 1. Localização da Estação Ecológica de Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil.

A princípio, considerou-se o turismo como um componente da vida social e cultural de diferentes atores sociais, para alguns considerado como meio de vida adquirido com o exercício do trabalho onde a percepção sobre o micro ambiente é valorativamente caracterizada de maneira econômica, social e cultural. Já para outros o turismo é o lazer, o prazer do descanso, do passeio e, mais além, o compartilhar espaços de estética natural, o micro ambiente valorativamente maior, espaço físico considerado como espaço-capital social, econômico e ambiental da humanidade presente em poucos lugares do globo terrestre.

O exercício de reflexão foi estruturado para o levantamento dos fatos buscando forjar um conhecimento sobre o significado da organização do espaço nas atividades da agricultura e do turismo nos seus aspectos mais significativos e suas transformações no tempo e no espaço. Assim, foi realizado um relato dos sub-sistemas de manejo e produção em sistema agroflorestal, caracterizando-se sempre os processos e as relações de trabalho e os efeitos das atividades de turismo.

A área de abrangência da ESEC-Anavilhanas inclui a microrregião do Rio Negro nos municípios de Novo Airão e Manaus, AM. A área de influência compreende os espaços de terreno, situados à margem esquerda do Rio Negro, que contêm as localidades/comunidades Cauixi, Nova Esperança e Santa Maria, no trecho entre o Igarapé do Cauixi, nos limites do município de Novo Airão e o Igarapé do Jaraqui, nos limites do município de Manaus, AM. Considera-se que as áreas são aquelas localidades e/ou espaços de terreno – as características básicas da dimensão geográfica ocupada por atores sociais que desenvolvem inter-relações estabelecidas das diferentes paisagens. A área de abrangência representa a de ocupação humana, para aproveitamento e uso generalizado da natureza como recurso. A área de influência é o espaço produtivo onde os processos sociais são estabelecidos como de uso dos recursos naturais como suporte a existência, ou seja, para atender as necessidades de subsistência humana.

Foram estudadas as características básicas do espaço geográfico construído por populações humanas. Isto porque a maneira como são processadas as interações e relações sociais num espaço geográfico determinam uma dimensão temporal que tem em seu bojo as modificações ambientais e sociais e imprimem o caráter de organização do espaço social produtivo. Assim é, conforme aponta Biolat *Apud* Casseti (1991), porque ao ocorrer o uso e transformação dos espaços pelas populações humanas ocorrem como resultados, modificações no ambiente e no conhecimento prático, pois ao “*atuar para modificar a natureza o homem provoca efeitos sobre o seu pensamento, o que acarreta a necessidade de novas relações sociais entre os homens, para melhor dominar a natureza*”.

Os processos de interação e interconexão social estabelecidos e organizados com o senso de uso dos recursos naturais como suporte estabelecem o espaço produtivo social denominado de área de influência.

Para caracterizar a “*área dos turistas*”, usou-se as categorias de análise *pedaço* e *lugar* como componentes do estudo sobre a paisagem rural refletida nas atividades agrícolas, extrativas e de turismo na Agricultura Familiar. **Pedaço** segundo Oliven (1992) é uma parte, um local significativo da convivência social. Já **lugar** segundo Wanderley & Menêzes (1999) é uma parte do espaço específico- **lugar** dotado de valor ou significado social e cultural e compreende os laços afetivos dos moradores com o meio ambiente material.

O método empregado na pesquisa de campo foi o “Estudo de Caso”. Esse método foi escolhido, tendo em vista as possibilidades de reconstrução e de compreensão total dos fenômenos estudados. Segundo Greenwood (1973), o método proposto “*consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade de uma unidade de estudo empregando todas as técnicas disponíveis para ele*”. Neste item, as técnicas empregadas, constituíram-se da aplicação de questionário, com quesitos abertos e fechados, acompanhados de diários de campo e entrevistas sem roteiro prévio, pessoais buscando captar a **visão de mundo** dos agricultores familiares e de técnicos envolvidos na produção em sistemas agroflorestais e agentes sociais na área.

A ÁREA DE INFLUÊNCIA DA ESEC-ANAVILHANAS

POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO

Em 1995, o Instituto de Educação Rural da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amazonas - IERAM/SEDUC-AM publicou um relatório sobre cadastramento e mapeamento escolar do município de Novo Airão, onde consta que no trecho compreendido entre o Igarapé do Cauixi, no município de Novo Airão, e o Igarapé Jaraquí, no município de Manaus (área de influência), havia uma população de 1.719 habitantes em 21 localidades/comunidades sendo 57,53% de jovens de 0 a 19 anos de idade (Figura 2).

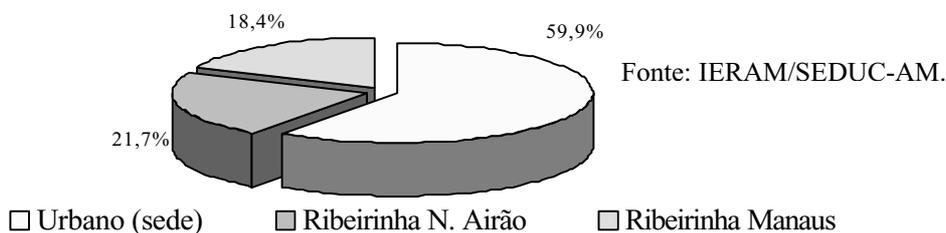


Figura 2. População Total residente na área de influência da ESEC- Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1995.

As localidades/comunidades de Cauixi, Nova Esperança e Santa Maria participavam respectivamente com 11,6%, 9,9% e 8,2% do total de habitantes da área de influência, sendo 45,0%, 60,0% e 56,03% de jovens na faixa de 0 a 19 anos (Figura 3).

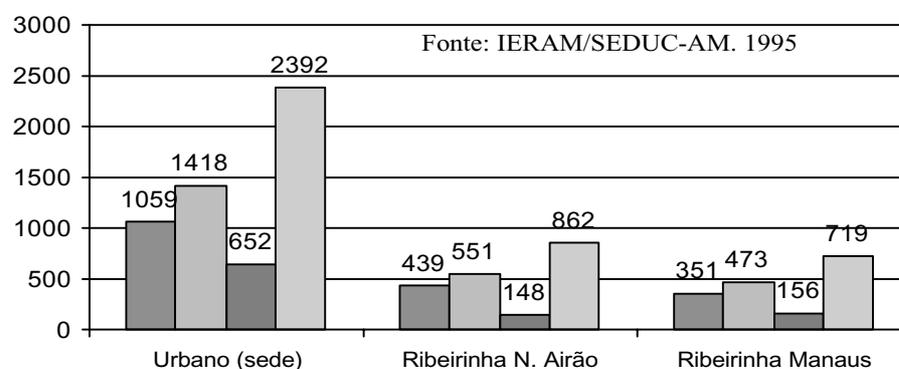


Figura 3. População Total residente por faixa etária na área de influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1995.

Os dados expostos, sobre a população total da área de influência, aproximam-se dos da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Manaus SEMSA/SUS/PMM (1997), dispostos na Tabela 1, que estimam a população do município, na área ribeirinha do Rio Negro, em 2.664 habitantes, distribuídos em 7 unidades de saúde, dos quais 1.680 no trecho entre o Rio Apuaú e a localidade de Santa Maria.

Tabela 1 - Estimativa da população ribeirinha da área rural do Rio Negro. Área de Influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1997.

Unidades de saúde	Localidade	População
Apuaú	Rio Negro	363
Mipindiaú	Rio Negro	648
São Tomé	Rio Negro	214
Santa Maria	Rio Negro	455
Costa Arara	Rio Negro	319
Livramento	Rio Negro	382
N. S. de Fátima	Rio Negro	283
Total		2.664

Fonte: SEMSA - Divisão de Informação em Saúde.

OBS: Taxa de Crescimento = 4,57 ao ano. (IBGE, 1991. Censo da População- Região Norte.)

O processo de mobilidade populacional detectado tem as características peculiares ligadas a cultura regional em relação ao modelo de de-

envolvimento. A ocupação populacional no Amazonas a partir da metade da década de 60, relaciona-se ao aumento das atenções oficiais à Amazônia (Muller, *apud* Noda *et al.*, 1991), tendo em vista a expansão do capital. O processo migratório no Estado do Amazonas acentuou-se na década de 70 a 80 pela adoção do modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus, o qual significou a oferta de empregos recrutando mão-de-obra semi-qualificada ou técnica em Manaus, ou no interior do Estado (Noda *et al.*, 1991). Outro fator a ser considerado foi a significativa concentração fundiária ocorrida no período e a destruição das relações sociais existentes, como as de ajuda mútua, características da produção das agriculturas familiares nos ecossistemas de várzea e terra firme.

O quadro que se apresenta é o de processo de mobilidade espacial e setorial pela circulação de mão-de-obra no urbano e no rural em busca de educação formal e emprego gerada pela necessidade de “*melhorar de vida*”. Singer (1980), salienta umnexo causal entre o volume de força de trabalho liberada das atividades na agricultura e a demanda por esta no urbano. Este pode ocorrer quando o objetivo é o de aumentar-se a produtividade do trabalho, cuja consequência pode ser a expropriação dos trabalhadores rurais proprietários, ou não, da terra.

A proposta de trabalhar por meio de dados secundários sobre os aspectos do processo de mobilidade mostraram a ocorrência desta de forma seqüencial, onde parcelas das famílias de referência do migrante mobilizam-se a partir de um elemento de contato e atração para a vinda ou ida de outros membros familiares aos locais onde são possíveis de encontrar-se oportunidades de emprego e instrução. Esse fenômeno ocorreu em diferentes áreas e continentes, conforme aponta Gaudemar (1977).

A AGRICULTURA FAMILIAR NO ENTORNO DA ESEC-ANAVILHANAS

A DINÂMICA POPULACIONAL

A história dos processos de desenvolvimento das diferentes localidades, no que diz respeito a oferta de oportunidades sociais e econômicas, mostra que os mesmos promoveram mobilizações espaciais da Agricultura Familiar. Paradoxalmente, as características culturais das populações nas localidades interferiram na forma, intensidade e temporalidade dos processos de mobilidade espacial, assentamento, organização sócio-política e utilização do ambiente para a produção em sistema agroflorestal.

Diante dos fatos faz-se necessário uma verticalização no processo de mobilidade espacial para detectar-se os constructos fatuais originários da atual situação de assentamento populacional nas localidades. São importantes, nessa análise, os dados levantados na pesquisa sobre o local de nascimento, local da última moradia e local da penúltima moradia (Figura 4).

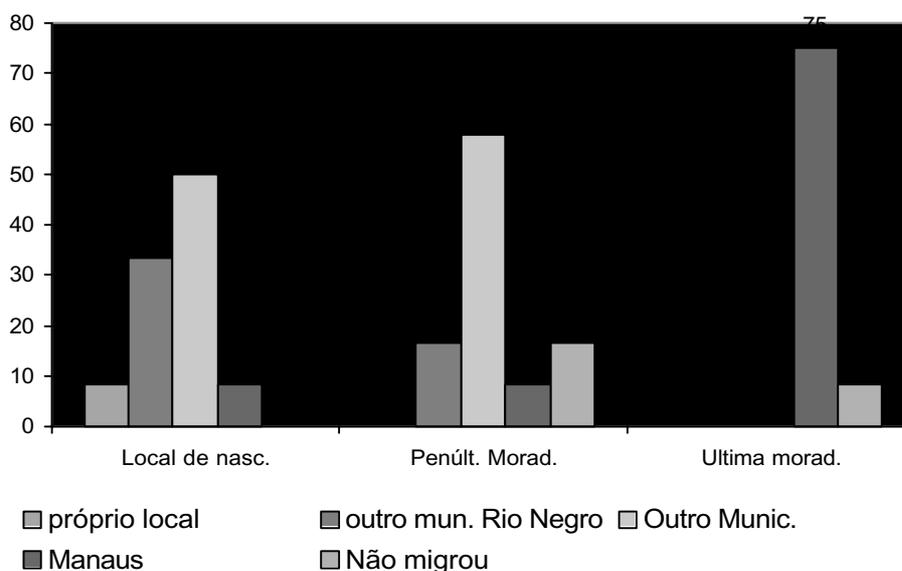


Figura 4. Participação relativa do local de nascimento, da última e da penúltima moradia. Área de influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1997.

Segundo os dados coletados em Nova Esperança, 100,0% dos entrevistados nasceram em outros municípios do Amazonas, principalmente nos da calha do Rio Solimões; a maior parte (75,0%) moram em média a mais de 10 anos no local. Considerando-se o último e o penúltimo local de moradia verifica-se que 75,0% tiveram passagem por Manaus. Em Santa Maria, 50,0% dos entrevistados nasceram em municípios do Alto Rio Negro, 25,0% em outros municípios do Estado, 12,5% em Manaus e 12,5% no próprio local. Considerando-se os últimos locais de moradia verifica-se que 75,0% deles tiveram passagem pela cidade de Manaus e que 62,5% dos entrevistados estão no local a menos de 05 anos. Essa dinâmica populacional aponta para forte processo de migração espacial de pessoas originárias de outras localidades do Estado, com passagem pelos centros urbanos regional, principalmente Manaus. Como causa os entrevistados indicam, no urbano e no rural, aos fatores econômicos (desemprego, falta ou insuficiência de terra) e oportunidades sociais como, por exemplo, estudo para os filhos. Como elementos facilitadores apontam as relações familiares (casamento e constituição de família), de parentesco (*os parentes "chamaram"*) e patronais de alocação e assentamento de mão-de-obra para as atividades de extração da madeira. O predomínio da cidade, principalmente Manaus, como último local de moradia das pessoas reforça a idéia da área como local de reprodução de cultura e processos sociais, políticos e organizativos com influência urbana. Em Santa Maria, principalmente, trata-se de uma tendência reforçada recentemente quando

verifica-se que 50,0% dos entrevistados situam-se no intervalo de 1 a 5 anos no tempo de moradia no local.

A grande maioria dos entrevistados nasceu ou tem passado ligado às atividades rurais, no interior do Estado. Assim, suas formas de produção apresentam as características daquelas utilizadas pelas populações tradicionais da Amazônia. Essas atividades são praticadas em ambientes pouco modificados, que não sofreram, ainda, os impactos negativos do avanço da agropecuária estritamente voltada aos mercados ou das ações de projetos de desenvolvimento de grande porte voltados à exploração dos recursos naturais (Noda & Noda, 1994).

Os arranjos das formas de produção denotam uma estreita correspondência entre o que se produz e o que é consumido. Respondem, por um lado, às exigências agronômicas (potencialidades agrícolas da região e pousio necessário para a manutenção da fertilidade do solo) e, por outro lado, às necessidades das famílias. A estrutura básica desses sistemas é constituída por cinco componentes produtivos e a geração de produtos depende, fundamentalmente, da disponibilidade de força de trabalho familiar.

A FAMÍLIA E OS TIPOS DE TRABALHO

A atividade produtiva, na área estudada, é feita com base no sistema agroflorestal de produção. Noda *et al.* (2000) mencionam que o sistema é caracterizado pelo manejo das terras numa integração, simultânea e seqüencial, entre árvores e/ou animais e/ou cultivos agrícolas. Atividade gerenciada basicamente pelas famílias, com a participação eventual de agregados ou pelo estabelecimento de outras relações, principalmente as de ajuda mútua.

A maioria das famílias da área têm acesso à posse da terra e seus recursos. Além disso, possuem conhecimento e instrumentos para manejar os recursos dentro das condições sócio-econômicas e institucionais vigentes.

Os sistemas de produção adotados resultam de um manejo integrado dos recursos aquáticos e terrestres em atividades extrativas e/ou agrícolas. Os processos de trabalho são diversificados, mais ou menos definidos e envolvem diferentes e inúmeros fatores interativos, como estratégia de viabilizar a reprodução das famílias.

Predomina o uso de instrumentos de trabalho manuais, como, por exemplo, enxada, terçado, machado, tarrafa, zagaia, etc., demandadores de bastante esforço físico. Isto significa que os aumentos na produção ou na produtividade, viabilizam-se apenas por meio da intensificação no uso da força de trabalho (horas.homem/ área). A estimativa do trabalho anual de uma unidade produtiva rural familiar, composta por cinco pessoas (pai, mãe e três filhos maiores de 8 anos), é de 611 dias/ano. Consideran-

do uma unidade produtiva composta por dois trabalhadores adultos, verifica-se que o sistema produtivo consome, por ano, 305 dias de trabalho para cada trabalhador, não computando outras atividades importantes, como a manutenção familiar, os trabalhos caseiros, educação dos filhos, cultura e lazer.

O emprego e a distribuição da força de trabalho, numa unidade familiar, são fatores extremamente importantes na manutenção da sustentabilidade do sistema produtivo. Qualquer impacto ambiental que resulte em dificuldades adicionais ao produtor familiar, para a produção agrícola ou para obtenção de algum produto extraído do ambiente natural (peixe, caça, frutos da floresta, madeira, etc.) causa, como consequência, a necessidade do emprego de força de trabalho adicional. A possibilidade da manutenção das unidades familiares implica, também, na necessidade da existência de um sistema de conservação dos recursos naturais.

Os processos de trabalho são os tradicionais, de corte/queima, objetivando sobretudo o consumo familiar. O processo agrícola inicia com o preparo da área e envolve várias etapas, que variam com a cobertura vegetal, tais como broca, derrubada, queima e coivara. O plantio segue a forma tradicional e é feito pelos membros das famílias. A colheita é manual e o beneficiamento, quando existe, é feito sempre de modo artesanal com equipamentos rudimentares. O principal é o beneficiamento da mandioca, dando como produto mais comum a farinha. Outros processos de beneficiamento são a transformação da madeira para fazer canoas ou construções na propriedade e o preparo de "*vinho*" de frutas regionais. O armazenamento, quando existe, dos produtos, sementes, etc., é feito em embalagens tais como latas, sacos e garrafas.

Na área de estudo, igualmente como já apontado por Noda (1985) para a produção em sistema agroflorestal regional, foram encontrados dois **tipos** de trabalho: o trabalho utilizado na produção em sistema agroflorestal e o trabalho realizado por meio dos serviços da casa. Como a unidade de consumo é a família, esta é que estabelece a quantidade e o tipo de trabalho a ser executado, em resposta às necessidades de manutenção familiar.

As crianças do sexo masculino até os 8 anos vão com seus pais para as áreas de plantio e os jovens do sexo masculino, a partir dos 9 anos começam a ajudar principalmente nas atividades de preparação dos terrenos para o plantio e tratos culturais, nos processos de trabalho que utilizam técnicas tradicionais ou não. A responsabilidade da comercialização dos produtos e o aprendizado sobre os processos de trabalho em base agroflorestal fica, principalmente, a cargo do chefe da família. As tarefas domésticas ficam a cargo da esposa, após os trabalhos na agricultura, ou da filha, geralmente a mais velha, que prepara a alimentação familiar e como tarefa cuida dos irmãos mais novos (menores de 8 anos). As jovens do sexo feminino dedicam-se aos trabalhos domésticos e, por vezes, auxiliam nas atividades agrícolas, principalmente no picos de produção e re-

cebem orientação e conhecimentos advindos muito mais das mães do que os pais.

O número médio de pessoas por família, considerando o pai e a mãe, conforme os dados da Figura 5 e Tabela 2 são na comunidade de Santa Maria de 7,5, já na comunidade de Nova Esperança de 6 e Cauixi é de 8,7. A média por família, nas duas comunidades é de 6 filhos, maior de 8 anos morando na casa e de 2 filhos morando fora, se apresenta como elemento restritivo quanto a disponibilidade de força de trabalho.

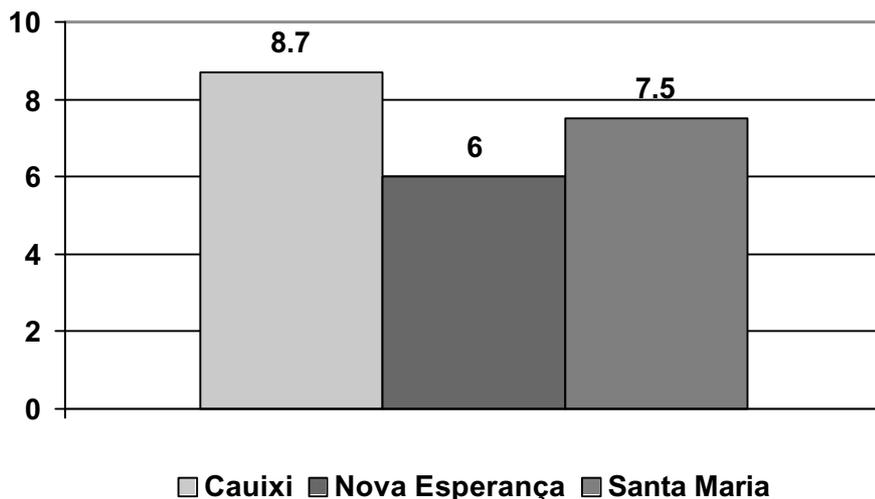


Figura 5. Número médio de pessoas por família nas localidades da área de influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1997.

Como na região um dos fatores limitantes à reprodução das famílias é a necessidade de força de trabalho para a produção, a envergadura desses dados é grande. Assim, ao lado da carência de capital circulante, grande parte das famílias são agricultoras, cuja unidade de consumo muitas vezes inclui os filhos maiores morando fora, dado que são sustentados em grande parte de suas necessidades pelos pais, mesmo quando são assalariados.

“A questão toda é que não tem colocação nessas paragens aqui. Se ficar pode até ter problema de comida, aí tem de ir trabalhar em Manaus. Estudar para ter progresso. Se não, é só andar para atrás” (Entorno da ESEC-Anavilhanas, Rio Negro).

As relações sociais na economia da Agricultura Familiar são marcadas pelo parentesco. O processo produtivo assenta-se na mão-de-obra das próprias famílias. A unidade de produção inclui todos os braços envolvidos com o trabalho. Está assentada na força de trabalho familiar, com a participação dos filhos maiores de 8 anos e, geralmente, a esposa ou algum agregado. A unidade de consumo integra todas as pessoas consideradas da família, inclusive, quando é o caso, agregados; inclui os filhos

menores que ainda não trabalham diretamente, os que saíram para estudar ou trabalhar mas que, de alguma forma, permanecem dependentes e os idosos.

Nos processos produtivos verificou-se o uso predominante de relações de trabalho de ajuda mútua (mutirão/ajuri, troca-de-dia e parceria), sendo os contratos sociais informais e não mediatizados por moeda. São relações sociais que expressam as necessidades econômicas da Agricultura Familiar, em termos de suprimento da força de trabalho, mas que representam, sobretudo, um profundo sentimento de pertinência a um grupo.

Tabela 2 - Número médio de pessoas por família, filhos homens e mulheres maiores e menores de 8 anos em três localidades na área de influência da ESEC-Anavilhanas, AM. 1997.

Local	Média Pessoas/ Família(1)	Filhos na casa				Filhos fora de casa			
		<8		>8		<8		>8	
		H	M	H	M	H	M.	H	M
Cauixi	8,7	0,6	0,4	1,9	0,9	0,1	0,0	0,6	0,9
N. Esp.	6,0	1,2	1,0	0,5	1,0	0,0	0,0	1,2	0,0
S. Maria	7,5	1,0	1,0	1,0	0,6	0,0	0,0	2,5	1,0

(1) Número médio por família incluindo os cônjuges.

A DINÂMICA DA PRODUÇÃO EM SISTEMA AGROFLORESTAL

A bacia de água preta da ESEC-Anavilhanas apresenta contrastes em variados aspectos com a maior parte da região pois, é constituída de terras secas e altas, denominadas de terra firme, onde a mata é de maior porte, os solos são do tipo latossolo, ocorre uma reciclagem de nutrientes menos complexa e regiões de floresta inundável, ou igapós. Cada um desses domínios paisagísticos são constituídos de diversos ambientes (meios, paisagens, habitats e vegetações) que fazem da região um mosaico de biótipos bem diferenciados. Esta composição paisagística reflete-se numa diversidade ecológica e social registrada na história passada e presente da Estação.

As vegetações mais características da ESEC- Anavilhanas são as denominadas por Clark & Uhl (1987) de Floresta de baixo Igapó e de alto Igapó formada sobre argila hidromórfica, de campinarana, campina ou caatinga amazônica que cresce sobre areias quartozas hidromórficas e a Floresta de Terra Firme onde as espécies crescem sobre areia e argila e, argila concrecionária. Essa vegetação apresenta características xeromórficas que desenvolvem-se em áreas de clima tropical úmido onde não existe uma época seca definida e onde dominam solos podzols, o que

a torna semelhante a das regiões semi-áridas (Moran, 1990). Na concepção dos entrevistados, os solos agricultáveis de terra firme são: arenosos e argilosos. Os solos arenosos de “terra da mata fechada com árvores altas, são bons para o cultivo de roça de maniva e batata. Os solos argilosos-amarelos, chamados de barro, são mais utilizados para o plantio de espécies frutíferas.”

Os rios de bacias de águas pretas, como o Rio Negro, são conhecidos regionalmente, como “rios da fome” dadas as condições ecológicas predominantes (Jordam & Herrera, apud Moran, 1990). Principalmente, pelo regime hídrico que estabelece um regime de “stress” hidrológico de ciclos de alagamento e seca e, pela condição oligotrófica do ambiente (níveis baixos de nutrientes levando a uma baixa produtividade da biomassa terrestre e aquática). As bacias de águas negras são consideradas de equilíbrio frágil, em relação aos outros sistemas ecológicos da região amazônica e aos da região do Trópico Úmido. São as regiões mais frágeis do ponto de vista ecológico, pois possuem solos ácidos e deficientes em nutrientes.

Na área de influência da ESEC-Anavilhanas a Agricultura Familiar, num diálogo constante com o ambiente, produz com instrumentos e técnicas tradicionais. O manejo das terras se dá num processo sustentado onde estão envolvidos, os animais, as árvores, e/ou cultivos agrícolas conforme apontam Noda & Noda (1994). As fisionomias encontradas expostas na Tabela 3 sobre a dinâmica do sistema de produção agroflorestal em seus componentes pode ser tipificada em *Roça*; *Capoeira de Pousio*; *Sítio*; *Extratativismo animal e vegetal* e *Criação animal*.

Tabela 3 - Percentuais de Ocorrência dos tipos de componentes do Sistema de Produção Agroflorestal da Agricultura Familiar em três localidades da área de influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1997.

Roça	Sítio	Capoeira/Pousio		Criação animal			Extrat. vegetal		Extrat. Animal	
		Trad.	Manej.	Aves	Suínos	Caprinos	Madeir.	Lenha	Caça	Pesca
(%)										
98,5	91,7	92,0	8,0	83,0	25,0	8,3	91,7	75,0	71,4	100,0

• A roça

No componente Roça, predominam cultivos de ciclos curtos, principalmente a mandioca, nas variedades brava e mansa, fornecedora do alimento energético mais importante para as populações tradicionais. Cultivos perenes, quando constam, relacionam-se com a estratégia de implantação de “Sítio”, principalmente na fase inicial do assentamento das famílias ou com pousio manejado. Nestas áreas as espécies são cultivadas durante algum período (um, dois e, no máximo, três ciclos, dependendo principalmente da qualidade do solo) e, após, são deixadas em descanso-Pousio, para recuperação da fertilidade e eliminação de plantas

invasoras. A técnica de Pousio, permite que os nutrientes disponíveis, logo após a derrubada e queima da capoeira, sejam imediatamente utilizados na produção de alimentos. Nas localidades das comunidades de Santa Maria, Nova Esperança e Cauixi a área média ocupada com Roça é de, respectivamente, 0,94, 0,76 e 1,00 hectare. A mandioca brava e mansa (*Manihot esculenta*), numa diversidade de ocorrência e uso de 26 variedades e a banana (*Musa sp.*), com ocorrência em 10 variedades, aparecem como os principais elementos do componente Roça nas três comunidades. Destacam-se também o abacaxi (*Ananas comosus*) em Santa Maria e a batata cará (*Dioscorea sp.*) em Nova Esperança e Cauixi.

- A capoeira de pousio

As áreas deixadas para recuperação após dois anos de produção são conhecidas como sendo as de **descanso da terra** - Pousio. São as terras que permanecem em repouso durante um certo período e voltam a ser reutilizadas para o cultivo de espécies anuais – Roça. Uma mesma área na região é cultivada no máximo três vezes consecutivas até ser deixada descansando. Contudo, principalmente devido à baixa fertilidade do solo, predomina o período máximo de um ciclo de cultivo. Os agricultores adotam a técnica do Pousio e o período de descanso é em média de dois anos. Predomina a modalidade de Pousio Tradicional (92,0%), onde a área é “*abandonada*” para a regeneração e formação de uma nova capoeira, sem interferência, sem manejo, que a enriqueça com espécies úteis. O Pousio Melhorado, onde a área recebe espécies arbóreas e arbustivas para uso futuro, é uma modalidade pouco utilizada.

- Os sítios

Os sítios, normalmente, encontram-se associados à moradia do produtor. Neles predominam cultivos de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas de uso utilitário alimentar, medicinal e ornamental. As vezes estão relacionados à criação de animais de pequeno porte como aves e suínos (Noda & Noda, 1994). As informações sobre a comercialização não indicam os Sítios como a mais importante fonte de renda para as famílias das comunidades. A sua importância maior relaciona-se com o consumo interno das unidades de produção.

Nas Tabelas 4, 5 e 6, podemos observar as 10 espécies de plantas mais encontradas nos Sítios (frequência acima de 30,0%) nas localidades pesquisadas em relação ao seu uso utilitário como alimentar, medicinal e ornamental.

Tabela 4 - Ocorrência nos Sítios das 10 espécies de plantas mais importantes e seu uso utilitário como Alimentar em três localidades da Área de influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil.1997.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	Fr. (%)
Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	LAURACEAE	93,2
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	ARECACEAE	98,5
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	ANACARDIACEAE	84,6
Cupuçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Wil. Ex Spr.) Schum	STERCULIACEAE	98,3
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	MYRTACEAE	62,5
Ingá	<i>Inga</i> sp.	MIMOSACEAE	76,7
Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	ANACARDIACEAE	91,3
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i> G.F.Meyer	ARECACEAE	84,2
Umari	<i>Poraqueiba paraensis</i> Ducke	ICACINACEAE	72,5
Urucu	<i>Bixa orellana</i> L.	BIXACEAE	76,9

Tabela 5 - Ocorrência nos Sítios das 10 espécies de plantas mais importantes e seu uso utilitário como Medicinal em três localidades da Área de influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1997.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	Fr. (%)
Aruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	RUTACEAE	52,0
Capim santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (D.C.) Stapf	POACEAE	85,3
Cipó-alho	<i>Adenocalymna alliaceum</i> Miers	BIGNONIACEAE	51,7
Crajirú	<i>Arrabidaea chica</i> (H.B.K.) Verlot	BIGNONIACEAE	46,8
Cuia	<i>Crescentia cujete</i> L.	BIGNONIACEAE	39,7
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	LAMIACEAE	56,0
Hortelã	<i>Mentha</i> sp.	LAMIACEAE	62,0
Mangarataia	<i>Zingiber officinale</i> Rosc.	ZINGIBERACEAE	78,5
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	CHENOPODIACEAE	56,5
Pião roxo	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	EUPHORBIACEAE	58,3

Tabela 6 - Ocorrência nos Sítios das 10 espécies de plantas mais importantes e seu uso utilitário como Ornamental em três localidades da Área de influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1997.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	Fr. (%)
Avenca	<i>Adiantum raddianum</i> Presl.	PTERIDACEAE	53,8
Comigo-n-pode	<i>Dieffenbachia amoena</i> Hort. ex Gent.	ARACEAE	76,7
Crista-de-galo	<i>Celosia</i> sp.	AMARANTHACEAE	68,5
Croton	<i>Polyscias</i> sp.	ARALIACEAE	75,6
Dinheiro em penca	<i>Phyllanthus</i> sp.	VERBENACEAE	38,3
Jiboia	<i>Scindapsus aureus</i> Engl.	ARACEAE	78,3
Laços-de-amor	<i>Epoiscia cupreata</i> Hanst.	GESNERIACEAE	48,5
Onze-horas	<i>Portulaca grandiflora</i> H.K.	PORTULACACEAE	63,3
Papoula	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	MALVACEAE	30,8
Tajá	<i>Philodendron imbe</i> Schott.	ARACEAE	41,7

Nos Sítios da comunidade Santa Maria, excetuando-se as plantas de uso ornamental, foram identificadas 120 espécies de plantas (49 espécies arbóreas e 71 herbáceas). Destacam-se pela frequência com que aparecem o açaí (*Euterpe* sp.), o cupuaçú (*Theobroma grandiflorum*), a manga (*Mangifera indica*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e o abacate (*Persea americana*), dentre as espécies arbóreas, e o ariá (*Calathea allouia*), o cará (*Dioscorea* sp.) dentre as arbustivas/herbáceas. Em Nova Esperança, também excetuando-se espécies de uso ornamental, foram identificadas 80 espécies de plantas (37 arbóreas e 43 arbustivas/herbáceas). Destacam-se, pela frequência com que aparecem, o abacate (*Persea americana*), o caju (*Anacardium occidentale*) a goiaba (*Psidium guajava*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), umari (*Poraqueiba paraensis*), biribá (*Rollinia* sp.), buriti (*Mauritia flexuosa*), entre as espécies arbóreas e, o abacaxi (*Ananas comosus*) e a banana (*Musa* sp.), dentre as arbustivas/herbáceas. Na localidade de Cauixi o levantamento sobre os sítios só constatou-se espécies arbóreas; consta 21 espécies.

• Extrativismo animal (caça e pesca) e o vegetal.

A carne de caça costuma ser, depois do peixe, o alimento protéico mais importante da população ribeirinha. É praticada, principalmente, para subsistência por 100,0% dos entrevistados de Nova Esperança e Cauixi e por 62,5% dos entrevistados de Santa Maria. Ocorre nos ambientes de terra-firme da “costa” (igarapés) e nas ilhas do arquipélago das Anavilhanas. As informações sobre a o extrativismo animal na forma de caça mostrou que os animais mais encontrados são a anta (*Tapirus americanus*), o macaco (*Cebus* sp), a paca (*Coelognys paca*), cutia (*Dasyprocta* sp.), veado (*Manzama americana*), tatu (*Dasyopus* sp.) e o porco do mato (*Tayassu pecari*). Entre os animais “de pena” - as aves, a inhambu (*Tinamus* sp.), o jacu (*Penelope obscura*), o pato (*Cairina moschata*), o tucano (*Ramphastos* sp.), dentre outros. Os moradores reclamam de desconhecidos, de Manaus e Novo Airão, que invadem seus espaços competindo e “espantando” esse recurso. Assim, só têm caçado as “imbiaras”, ou seja, as caças pequenas, “ariscas, desconfiadas e velhacas”. Uma caça maior e melhor, como uma anta, por exemplo, exige ir cada vez mais distante.

A pesca ocorre em rios, lagos, igarapés, igapós, dependendo da localidade. A atividade de pesca é a que comumente consome muito tempo de trabalho do produtor, depois da agricultura. A produtividade do trabalho na pesca varia, sobretudo, em função de fatores naturais, principalmente os relacionados com o regime das águas. A totalidade das famílias praticam a pesca de subsistência, exceto em Santa Maria, onde uma família pratica, há alguns meses, também, a pesca comercial. De março a novembro a pesca ocorre principalmente nos lagos e no período de cheia nos igapós. Recorrem à relação de parceria com pessoas da comunidade, parentes ou não, dividindo o resultado da pesca na metade ou de acordo com as necessidades de cada um dos envolvidos. O meio de transporte

utilizado é a canoa movida à remo e os apetrechos são o caniço malhadeira, tarrafa, flecha e zagaia, cuja técnica de fabricação alguns não dominam mais. Na Tabela 7 podemos verificar as espécies mencionadas como as mais capturadas pelos agricultores familiares de uso alimentar.

Tabela 7 - Nomenclatura das Espécies de Peixes mencionadas como mais capturadas pela Agricultura Familiar em três localidades da Área de influência da ESEC-Anavilhanas. Estado do Amazonas. Brasil. 1997.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	LOCAL DE PESCA
Aracu comum	<i>Leporinus friderici</i>	Ilha e Igapó
Carauçú	<i>Astronatus ocellatus</i>	Lago, Igapó, Paraná e Rio
Cará-baru	<i>Cichlasoma</i> sp.	Igarapé e Lago
Cará-peneira	<i>Cichlasoma</i> sp.	Igarapé e lago
Cará-bicudo	<i>Geophagus jurupari</i>	Baía e Lago aberto
Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>	Rio
Jaraqui	<i>Semaprochilodus</i> sp.	Rio e Lago
Mandi	<i>Pimelodella cristata</i>	Rio
Matrinxã	<i>Brycon breviceauda</i> .	Rio e Lago
Pacu	<i>Myslosoma</i> sp.	Lago, Rio e Igapó
Piranha	<i>Serrasalmus eigenmanni</i>	Ilha e Rio
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	Lago e Ilha
Tucunaré	<i>Cichla temensis</i> .	Lago e Enseadas

As famílias, das três localidades, reclamam de barcos de pesca, em vários tamanhos, que vêm de Manaus e/ou Novo Airão, “dar lance” nos ambientes que elas pescam comprometendo principalmente os lagos, considerados como “feiras”. Assim, os mesmo precisam cada vez ir mais longe ou dedicar mais horas para capturar a quantidade de peixe que satisfaça suas necessidades de abastecimento familiar.

O envolvimento dos homens com outras atividades em determinadas épocas do ano, como o extrativismo da madeira e a agricultura (roça), principalmente na fase do preparo, tem levado mulheres e crianças a ingressar nesse espaço considerado masculino. Assim, os homens adultos diminuem, ou até mesmo deixam de pescar em certas épocas do ano para dedicarem-se às outras atividades.

Alguns elementos do extrativismo vegetal são importantes na reprodução das famílias como fonte de renda, alimentos, materiais para construção, fonte energética, remédio, etc. Em Nova Esperança e Santa Maria 100,0% dos entrevistados praticam ou praticaram o extrativismo da madeira para suprir necessidades internas da unidade de produção ou para venda. Os dados de campo sobre comercialização das agriculturas familiares registram que em Nova Esperança e em Santa Maria 100,0% e 87,5% dos entrevistados comercializam madeira. Geralmente a extração para a venda ocorre mediante demanda dos agentes de intermediação

que possuem “*contrato*” com donos de serraria, marcenaria, estaleiros, em Manaus (Santa Maria) ou Novo Airão (Nova Esperança). A madeira comercializada é basicamente de dois tipos: “*pau de escora*” e “*peças*” (pranchões, pernambancas, tábuas, etc.) utilizadas na construção civil e naval.

A atividade está presente no decorrer do ano. Contudo, a produtividade do trabalho na atividade madeireira é influenciada pelo regime das águas. Isto porque no período seco ficam cada vez mais distantes os locais onde a madeira é mais abundante (nas cabeceiras dos igarapés) demandando mais tempo e trabalho para sua extração.

Além da atividade madeireira, em Nova Esperança, destacam-se a extração da lenha, do açaí (*Euterpe sp.*) e do cacau (*Theobroma cacao*) (50,0% dos entrevistados); em menor escala, consta o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), a seringa (*Hevea brasiliensis*), a castanha (*Bertholletia excelsa*), o uixi (*Endopleura uchii*) o pequiá (*Caryocar villosum*) e o mel. Em Santa Maria, destacam-se a lenha e o açaí (*Euterpe sp.*) (87,5% e 37,5%). Consta também o patauá (*Oenocarpus bataua*), o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), a palha, o cipó e a envira. A lenha é usada em fogão, forno de farinha e na produção de carvão.

• A criação animal

A criação de animais domésticos, principalmente os de pequeno porte, costumam ser um componente importante da agricultura familiar. Além da função alimentar os mesmos podem funcionar como uma espécie de **ativo** facilmente mobilizável para satisfazer necessidades imediatas, principalmente nas situações de “*aperreio*”, mediante a venda ou de outra relação. Parte do manejo, principalmente o alimentar e sanitário, dos animais de pequeno porte, quando existe, costuma ser feito por mulheres, jovens e adultas. Nas localidades/comunidades pesquisadas o sistema de criação animal registra apenas a presença de galinhas, patos e caprinos para subsistência das unidades de produção. Não consta nas informações sobre a comercialização que o sistema contribua para a formação de renda monetária. No Cauixi as famílias criam galinhas e patos; em Santa Maria 62,50% dos entrevistados criam galinhas numa média de 8,25 bicos por família; em Nova Esperança as famílias criam galinhas, patos e cabras. O sistema de criação inclui manejo alimentar, reprodutivo e sanitário em bases tradicionais. Os animais alimentam-se livremente na comunidade aproveitando frutas (dos sítios, etc.), sobras de cozinha e/ou de processamento de produtos, como a “*crueira*”, subproduto do processamento da farinha de mandioca. O milho, considerado em outros locais um dos principais suplementos alimentar dos animais, principalmente das aves, não aparece como um componente do sistema agrícola roça. As instalações, quando existem, são precárias.

DIETA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS

O nível de atendimento às demandas das famílias em produtos alimentares propiciada pela agricultura tradicional pode ser estimada pelo tipo de produtos que o sistema fornece e aqueles que são adquiridos fora do sistema produtivo.

A dieta alimentar básica de uma família, amostrada na pesquisa de campo, é constituída pelos seguintes itens:

Café da manhã (entre 5:00 e 6:00 horas).

a) Produzidos pelo sistema: tapioca, peixe, farinha, batata cará, macaxeira, beiju, pupunha, pé-de-moleque, farinha de tapioca, banana, chibé, abacaxi, ingá;

b) Adquirido fora do sistema produtivo: café, açúcar, bolacha, ovo, trigo.

Almoço (entre 11:00 e 12:00 horas)

a) Produzidos pelo sistema: peixe, carne de caça, farinha, beiju;

b) Adquirido fora do sistema produtivo: feijão, arroz, óleo, sal, jabá, macarrão e carne.

Jantar (entre 18:00 e 19:00 horas)

a) Produzidos pelo sistema: peixe, farinha;

b) Adquirido fora do sistema produtivo: feijão, arroz, sal, óleo, carne.

Os produtos necessários, por mês, adquiridos fora do sistema produtivo, para uma família composta de cinco membros, envolvem recursos equivalentes a um e meio salário mínimo vigente no país e são representados pelos seguintes produtos: açúcar; arroz; farinha de mandioca; farinha de trigo; macarrão; feijão; café em pó; bolacha; sal; óleo de cozinha; óleo diesel; gasolina; querosene; óleo para motores de dois tempos; gás de cozinha; sabão em barra; sabão em pó; fósforo; palha de aço; água sanitária; munição (pólvora, chumbo e espoleta); bateria; tabaco e remédios.

Uma vez que os insumos obtidos fora do sistema produtivo são de difícil acesso, o agricultor familiar necessariamente otimiza o uso dos recursos disponíveis, mantém altos níveis de biodiversidade, recicla nutrientes e extrai os recursos naturais existentes até o limite da sua reprodução. A permanência do sistema produtivo depende da preservação dos recursos existentes no ecossistema como um todo. As degradações dos recursos hídricos, localizadas, ou a nível de bacias hidrográficas, como poluição, erosão e assoreamento de cursos d'água, pesca predatória, construções de barragens e desflorestamentos são eventos que quebram cadeias alimentares e cortam ciclos reprodutivos, destruindo as fontes permanentes de recursos naturais, secularmente utilizadas pelas populações

tradicionais. Deve-se ressaltar que os níveis de dificuldades para a auto-sustentação do sistema serão maiores à medida das modificações sofridas pelo ecossistema natural. Assim, as possibilidades do extrativismo animal e vegetal estarão extremamente reduzidas em função do desflorestamento e empobrecimento dos recursos hídricos causados pelos impactos sobre as bacias hidrográficas.

A COMERCIALIZAÇÃO

Na esfera da circulação dos produtos de origem agroflorestal, ocorre o processo de apropriação pelos agentes comerciais dos excedentes produzidos pelos produtores familiares. Isto porque, é nas relações mantidas entre as famílias com os compradores dos produtos e vendedores que se dá um dos momentos da subordinação ao capital. Os primeiros produzem grande parte para consumo familiar mas, têm que vender produtos como farinha, madeira, etc., de forma a terem dinheiro para comprar mercadorias industrializadas não produzidas na propriedade, mas necessárias ao consumo familiar. Como o processo produtivo mantém-se em moldes tecnológicos tradicionais, o produtor trabalha mais intensamente, de modo ordenado, mais contínuo para conseguir os produtos para a venda.

A extração dos excedentes inicia-se por meio do contato mais direto com pequenos comerciantes e com outros agentes da comercialização, principalmente o “*patrão*” (madeiros), que tem relativa facilidade de acesso aos agricultores, seja mediante de embarcações e outros meios de transporte.

Os agentes sociais que participam do processo de comercialização e que podem ser chamados genericamente, de intermediários, são os “*Patrões*” e “*Marreteiros*”.

Segundo Noda (1985), os “*Patrões*” são os agentes que mais se apropriam dos excedentes gerados nas pequenas produções regionais. Assim são denominados por utilizarem-se do expediente dos adiantamentos e de relações de compadrio, apesar de aparentes ideologicamente para os mesmos, para estabelecer com os produtores laços de dependência. Distinguem-se dos demais agentes de comercialização por geralmente, estarem sediados em Manaus e trabalharem numa escala que lhes possibilita servir de financiadores, tanto em mercadorias como em dinheiro. Esse comportamento lhes permite reduzir suas operações diretas com os produtores restringindo-se àquelas que oferecem menor risco e que sejam de maior porte.

Os “*Patrões*” são os agentes que têm a maior participação, no volume dos produtos agroflorestais (madeira) comercializados pois, participam em 80,0%. Nas áreas visitadas foram encontrados “*Patrões*” que atuavam junto a seus fregueses por mais de trinta anos sendo sua área de abrangência comercial a quase totalidade da pesquisada.

“... É patrão... Trabalho com o Sr.... desde que cheguei nessas paragens...Já faz uns 35 anos que o povo daqui trabalha com ele... Ele tem terra para tirar a madeira ali em cima (Rio Cuieiras), mas mora em Manaus (ESEC-Anavilhanas, AM).

“... Sempre quando preciso de dinheiro ele arranja para a gente...A gente pega no início da semana e quando é no final da semana a gente paga com trabalho... Sempre trabalho com ele,...Aqui é assim todos trabalham com o Sr...Olha quando eu morava em Santa Izabel já era com ele que trabalhava... Ele é patrão desse mundo todo (ESEC-Anavilhanas, AM).

Os “Marreteiros” são os agentes sociais da comercialização proprietários de embarcações que abastecem de mercadorias os produtores. Sua atuação deve-se a precariedade e o custo elevado dos meios e vias de transporte. Assim, esta agente desloca-se aos locais de produção objetivando vender produtos industriais, em troca de produtos de extração vegetal e agrícolas (Noda, 1985).

A atuação dos agentes de comercialização, denominados “Marreteiros” é favorecida pela produtividade do trabalho familiar, alienada na comercialização dos produtos. Ou seja, há a produção de excedentes pelo sobretabalho familiar em relações ao ambiente desfavorável a produção e frugalidade na maneira de viver por parte dos pequenos produtores familiares, que proporciona a partilha dos excedentes por diferentes agentes do capital comercial.

Os “Marreteiros” usam duas práticas para o transporte e pagamento dos produtos. Numa, o produtor entrega sua produção em uma viagem e, na volta, o marreteiro devolve, em dinheiro ou espécie, o apurado na venda desses produtos. Na outra, o marreteiro paga na hora os produtos adquiridos do pequeno produtor. Os ganhos destes, se baseiam na diferença que conseguem estabelecer entre o preço do dia em que vendem os produtos e o preço que pagam ao produtor no campo ou pela contabilidade facciosa, dos produtos necessários ao produtor.

“... Marreteiro passa comprando de um e de outro o produto...Eles não trazem nada, alguns trazem dinheiro e muitos compram fiado para pagar no apuro... Marreteiro...é a profissão deles. Só é marretar os outros (ESEC-Anavilhanas, AM).

A exploração de maneira selvagem das formas do capital na região espelha a organização da produção em sistema agroflorestal, bem como o estágio em que se encontra a produção industrial. O pequeno produtor familiar, apesar de não ter sido totalmente expropriado dos seus meios de produção vivência uma situação de pobreza e dependência para com terceiros como garantia da sua sobrevivência.

A exploração, se dá pela cobrança de taxas extras, nos insumos para a produção e nas mercadorias necessárias a sua subsistência, quando é o capital comercial. Quando é o industrial, a exploração se dá pela política de fixação dos preços mínimos, pela modernização das atividades agroflorestais e pelos esquemas de controle da qualidade dos produtos para as fábricas.

Na comercialização madeireira as relações acontecem sobretudo com o “*Patrão*” ou “*Madeireiro*”, representante dos interesses dos “*Patrões*” da cidade. A madeira escoada por via fluvial é produzida em sistema de avimento onde as famílias que extraem trocam alimentos e instrumentos pela madeira, cipó, etc. Os agentes da comercialização são apontados como sendo os antigos comerciantes que trabalhavam com sorva, balata e seringa, dentre outros, nos rios Cuieiras, Baipendi, Apuaú, Jaú, Unini, Paduari, Jauaperi, dentre outros. Vendem, ou trocam, por produtos agroflorestais, mercadorias que os agricultores necessitam mas que não produzem nas suas unidades produtivas. Também, “*financia*” a extração da madeira e, representa o primeiro elo na cadeia de intermediação e apropria-se de grande parte dos excedentes produzidos pelas famílias. Também muito dos estímulos externos aos familiares chegam mediante informações transmitidas pelos agentes da comercialização.

Os “*Patrões*” são agentes intermediários que se deslocam à guisa de vender produtos de uso doméstico e vestuário em troca de receber produtos agrícolas ou de extração florestal. Como comprador desses produtos, pela própria estrutura das relações que desenvolve com seus “*fregueses*”, o “*patrão*”, tem grande participação pois, consegue garantir o abastecimento por adiantamentos e outros compromissos. No entanto, está em situação de vantagem quando não aplica seu capital financiando, com dinheiro, as agriculturas familiares pois, quando muito adotam um esquema de crediário que o favorece ainda mais.

A ÉTICA ENTRE O TRABALHO NA AGRICULTURA E A VALORAÇÃO PARA O TURISMO

O Turismo, ao senso comum, parece ser uma concepção social sobre ambientes e paisagens, onde os espaços físicos são áreas de valoração estética, porém um olhar mais acurado revela que o mesmo é uma atividade econômica-industrial, em cujos processos valorativos podem ser observadas vertentes diferenciadas sobre a percepção e o uso dos ambientes. Assim é porque são atividades resultantes das diversas concepções oriundas de hábitos e práticas culturais que estão sintonizadas com a malha de relações sociais e, principalmente, com as econômica-finaceiras.

A **realidade** descrita pelos que vivem e trabalham no turismo e na agricultura assume estatuto coerente com o olhar dos atores. Esse olhar é cultural e ideologicamente condicionado pelo patamar de necessidades e do uso das áreas que possam ter acesso. Como exemplo no aspecto da conservação da flora, onde podemos observar duas vertentes, nos relatos dos entrevistados. Uma diz respeito a conservação dos espaços de manutenção da teia alimentar dos animais, não incluindo os microorganismos. A outra diz respeito as áreas de valoração mais recente, onde a conservação é pensada por meio de formas de arranjo para uso econômico, onde

podem ocorrer modificações nas comunidades vegetais e animais por influência antrópica.

“...Eles (turistas) gostam de ver as plantas, os passarinhos, os bichos, ...da água eles gostam de se lavar...É assim, que é...tem que cuidar para eles virem aqui visitar... Hoje, mesmo vem gente de Manaus, visitar. Vem ver jacaré de noite. (ESEC-Anavilhanas, AM).

“...no meu pensar, tem que cuidar, tem que preservar as plantas, as árvores, os frutos para os bichos que andam por ai comerem...tem que manter tudo, senão os turistas não gostam de ver... (ESEC-Anavilhanas, AM).

“...a beira nós arrumamos para eles gostarem de visitar...eles vêm e fazem assim como uma festa...olham as árvores, as plantas, os bichos comendo, as águas dos rios, de tudo eles vem olhar e admirar.(ESEC - Anavilhanas, AM).

Trata-se no entanto, de processos perceptivos onde os comportamentos para a conservação e o de preservar são normatizados por uma ética substantiva cuja base é o respeito vigente e suficiente, por estar assentado na prática cotidiana de trabalho e vida das agriculturas familiares.

As áreas denominadas localmente de “*área dos turistas*” são aquelas onde estão sendo desenvolvidos papéis diferentes agricultor e guia turístico e executadas atividades de um universo simbólico característico. Universo onde os processos técnicos e as relações de trabalho podem ter suas estruturas difusas e, enquanto tal, assumirem um caráter disforme pelo fato dos contratos sociais serem mediatizados pelas diversas ideologias dos diferentes grupos sociais envolvidos. De um lado temos atores sociais da Agricultura Familiar e de outro os turistas e os agentes de turismo. Os primeiros trabalhando no lugar produzindo para a sua existência social e econômica, ou seja conservando o meio ambiente, valorizado esteticamente e economicamente para lazer e trabalho pelos segundos.

Paradoxalmente, o espaço físico denominado “*área dos turistas*” por manifestar a organização social do trabalho, seus significados e as representações dos atores sociais é também um espaço social. E mais, os constituintes fatuais da inserção desses no espaço de visita e acomodação de turistas, são considerados como espaços relacionais interativos onde estão presentes diferentes visões e hábitos de relacionamento com o ambiente e a percepção das paisagens.

O significado de “*área dos turistas*” (Figura 6) como pedaço do lugar vivido por atores sociais, enquanto espaço relacional é, portanto, contraditório, pois ao mesmo tempo em que está ocorrendo a destruição das formas espaciais existentes estão sendo criadas as resistências e reconstruídas as formas e os conteúdos espaciais dotados de dimensões e significados. Assim é porque o espaço está sendo produzido, reproduzido e recriado, configurando-se como espaço de prática, de vida e de vivido onde podemos constatar as perdas e perceber as possibilidades de libertação, mediante de alternativas organizacionais e econômicas de uso dos recursos naturais.



Figura 6. Diversidade biológica característica de um sítio no entorno da ESEC-Anavilhanas. Rio Negro. Estado do Amazonas. Brasil. 1998. (Foto: Sandra Noda)

Indicar as diferenças reais que separam as estruturas das disposições é mostrar as especificidades, as particularidades nas diferentes histórias coletivas. O caso é que a Agricultura Familiar do Rio Negro desde há muito tempo vêm tendo seu cotidiano diferenciado pela participação e o compartilhar de final de semana e feriados dos espaços de beira-rio das suas propriedades pelos turistas que vem de Manaus. Noda (1997), aponta que “... nos últimos anos com o prestígio do eco-turismo e a adoção do modelo de desenvolvimento neo-liberal, o ambiente passou a ser um componente estético na vida das pessoas. Com isso, novos valores ligados a conservação do ambiente de um lado e de outro com a universalização da economia partes e/ou **pedaços** sociais dos ambientes trabalhados pelas populações tradicionais passam a ser motivadores do conhecimento via turismo...”. Ou seja, ocorre a internalização de territórios como espaços usados pelo trabalho social como bem econômico para que atores sociais tenham seus processos e relações de trabalho diferenciados.

As proposta de desenvolvimento econômico via eco-turismo vêm colocando os espaços geo-físicos, em relação a conservação da biodiversidade regional, em uma dimensão ética de uso dos mesmos diversa da cultural (ancestral). Se de um lado temos locais onde a biodiversidade é conservada por meio da ocorrência do uso de tecnologias tradicionais para a produção em sistema agroflorestal, encrustado nas circunvizinhanças desses têm-se espaços de eco-turismo seletivo para clas-

ses sociais mais abastadas das populações humanas, criando mecanismos de externalidades (*op. Cit.* 1996).

Segundo o IERAM (1995), a atividade de turismo, no município de Novo Airão, é explorada por empresas de Manaus, centrada nas ilhas do Arquipélago das Anavilhanas e no Parque Nacional do Jaú. O município está estruturando-se para assumir o gerenciamento da atividade. A construção de um museu e um centro de artesanato para exposição e venda é uma das metas da atual administração na perspectiva de atrair turistas e gerar empregos e divisas para o município. Os técnicos da ESEC-Anavilhanas identificam no entorno da estação, principalmente na sua ponta sul, pelo menos 04 hotéis de selva em cujas proximidades realizam-se excursões turísticas. Além desses locais as excursões turísticas ocorrem também nos rios Apuaú e Cuieiras e nas ilhas da parte sul do arquipélago.

O questionamento efetivado nas localidades trabalhadas, teve como enfoque a apresentação na forma de questionamento sobre a viabilidade, aceitabilidade e potencialidade da utilização para o turismo das áreas do entorno da ESEC-Anavilhanas, como uma atividade alternativa para o desenvolvimento regional. A apresentação, em pauta, buscou mostrar a questão, com o senso da auto-sustentabilidade e, principalmente, como possibilidade de melhoria nas condições de existência social e econômica em consonância a conservação do ambiente.

Primeiramente, deve ser salientado o fato da criação da reserva ecológica de Anavilhanas ter causado impactos sociais e econômicos nas áreas pois, as ilhas que a compõem eram consideradas como espaço de acesso e prática produtiva agroflorestal. Com a legalização da reserva ocorreram choques entre os moradores locais e representantes de órgãos estatais. Na visão dos moradores, a retirada deste espaço significou a impossibilidade de uso principalmente, por não ter havido preocupação com a preparação dos mesmos mediante um processo de educação ambiental.

“... e agora a madeira, a gente não pode tirar a madeira, porque derrubou uma madeira eles vêm e prende tudo, joga fora tudo” (ESEC-Anavilhanas, AM).

“... Porque olha você vê um cara derruba uma madeira. Você vê ele cai. Você trabalha tira a madeira tudinho.com seis meses que você vai lá no lugar, se você não conhecer o lugar lá onde tirou aquela madeira, em lugar daquela madeira, sabe lá quantas madeiras crescem ali.” (ESEC-Anavilhanas, AM).

A necessidade de efetivação de processos educacionais formais e informais e treinamentos em educação ambiental nas áreas é marcante pois, grande parte dos moradores acham-se alijados pôr não ter ocorrido o retorno de informações sobre a estruturação da reserva ecológica. No entanto, o discurso é contraditório quando levado na linha das atividades turísticas, pois, grande parte dos moradores das áreas de praia e cachoeiras têm nas atividades de turismo, sua principal atividade econômica.

“... Vieram uns homens aí e disseram não pode mais usar aqui... Só não entendo como os gringos podem ir lá” (ESEC-Anavilhanas, AM).

“... Foi uma tristeza nesse mundo de Deus, tiraram a terra boa daí de nós...o caso é que eles dizem que nós destruimos tudo...nós conhecemos o lugar, nós é que trabalhamos aí para ter isso hoje.. eles dizem isso porque tem força... isso tudo é uma grande mentira” (ESEC-Anavilhanas, AM).

“... Aqui nós andamos com os gringos, nós andamos com o turismo. O turista vê uma madeira no chão, bota a mão no rosto, só pode ser uma frescura isso... Porque nós trabalhamos assim há muitos tempos e ainda têm muita mata aí... Sabe porque elas nascem sempre ... nós só derrubamos com conhecimento” (ESEC-Anavilhanas, AM).

As atividades que envolvem o turismo, na visão de alguns moradores, são atualmente as que viabilizam a obtenção de recursos monetários para a manutenção das suas famílias. As atividades são executadas em esquema de assalariamento ou tarefa e requerem somente conhecimentos sobre a região e prestação de serviços domésticos. Porém, quando questionados sobre a implantação de Parque Turístico, com a possibilidade de permanência nos locais das suas áreas de produção agroflorestal, apresentam-se reticentes, sem verbalizações das suas intenções ou acessíveis

“... Esse negócio eu ainda não sei...não sei não” (ESEC-Anavilhanas, AM).

“... Para nós ia ficar ruim. É porque olha você não queira saber quantos hotéis tem metido dentro dessa selva aí... Olha eu vou lhe dizer uma coisa, isso aqui nos primeiros meses, nos primeiros anos que eles fazem isso tudo bem... eles dão liberdade para o cara. Você pode plantar, você pode morar, pode viver o tempo que quiser... Mas chega o dia deles não querer mais... Então já que nós estamos na área deles, na reserva deles... Aí o que eles fazem você desocupa, tem que procurar outro lugar para morar (ESEC-Anavilhanas, AM).

“... Eles dizem nós vamos indenizar mas, não indeniza... não vai pagar o que o cara pede, daí é ruim” (ESEC-Anavilhanas, AM).

“...Eles (turistas) vem dos hotéis de Manaus. Tem muitos aí que vem. Nós estamos com eles há nove anos. Com o trabalho com o turista O caso de aumentar acho bom, porque assim nós teríamos mais dinheiro. Dinheiro para comprar máquinas, adubo para as terras e aí ter mais produção. podia ser que eles até comprassem de nós...Mas, se for para a gente sair, como das ilhas (Anavilhanas) acho ruim, muito ruim” (ESEC-Anavilhanas, AM).

Na visão dos moradores, pequenos produtores familiares agroflorestais a implantação de áreas para turismo poderia ser uma alternativa econômica para a melhoria das condições de reprodução social e econômica dos mesmos. Entretanto, algumas medidas deverão ser tomadas para diminuição dos impactos sociais e ambientais. Assim é porque, os níveis atuais de reprodução são ao nível da subsistência, ou seja da reprodução biológica com poucas estruturas organizativas sócio-políticas para incorporação de propostas de desenvolvimento sem que ocorra desarticulação cultural. Processo que demandaria atitudes políticas e práticas que a nosso ver são imprescindíveis de serem tomadas. As mesmas

encontram-se no item sugestões, pois dizem respeito a análise efetivada após o conhecimento das áreas e o acumulado pela prática da pesquisa na região.

CONCLUSÕES

Constata-se que ao mesmo tempo em que ocorreu o estabelecimento da reserva ecológica ou seja a apropriação das áreas para atividades diferenciadas das existentes, podem ter ocorrido momentos de aprofundamento do processo de composição das externalidades e de apropriação dos ecossistemas numa relação contraditória, com a ocorrência da conservação e ou degradação ambiental percebida na análise efetivada e no chegar das seguintes conclusões:

- Processo de mobilidade espacial do trabalho interno ligado a adoção do modelo de ESEC na região. O processo migratório ocorrido provocou desarticulação na malha social existente correspondeu a mecanismos potenciais de assentamento e inserção de mão de obra local em atividades agrícolas em sistema agroflorestal e em serviços ligados ao turismo, tarefas que demandam conhecimento da ecologia e cultura local.

- As respostas das agriculturas familiares são tradicionais com o uso de técnicas e práticas em sistema agroflorestal de produção e, em relação a conservação dos recursos naturais mostram-se adequadas, apesar da atividade econômica principal ainda ser a madeireira. Essa atividade é em grande parte seletiva quando praticada pela Agricultura Familiar porém, a forte pressão dos agentes externos do capital (madeireiros) está impelindo os moradores locais a mudarem sua prática, aumentando o uso dos recursos madeiros para fins comerciais. A produção de alimentos nesses sistemas, tanto para autoconsumo como para abastecimento das comunidades rurais e urbanas poderia ser melhorada por meio do aumento do número de itens alimentares (mandioca, arroz, milho, feijão, hortaliças, frutas), medicinais e industriais (soja, algodão, café, cana-de-açúcar, etc.) produzidas sob a forma de policultivos; da introdução de tecnologias caseiras de processamento e conservação de alimentos (fabricação de açúcar de cana, sabão, processamento de gorduras animal e vegetal, fabricação de doces, picles, etc.) e introdução de hábitos alimentares que privilegiem o consumo de alimentos de alto valor nutritivo e de baixo custo de produção (folhas de mandioca, sementes e brotos de curcubitáceas, hortaliças não convencionais, etc.). A produção diversificada, além de permitir uma oferta constante, ampla e variada de alimentos para o autoconsumo, proporciona maior estabilidade ao sistema produtivo, pois o suprimento das necessidades básicas em alimentos da família independe da comercialização do “*excedente*”. As crises do mercado podem afetar o núcleo produtivo mas não inviabilizam sua sobrevivência.

- As relações de trabalho são tradicionais e caracterizam uma situação de redução na circulação de moeda. São relações cuja base social

contratual é de relações amistosas, entre familiares e compadres onde não ocorre a monetarização e existem para suprir necessidades pela falta, principalmente de dinheiro para assalariarem.

- A Agricultura Familiar, tem acesso aos meios de produção, principalmente, a terra. Mantém processos e técnicas tradicionais de trabalho caracterizados pelos componentes Roça, Capoeira com o Pousio, Sítios, o Extrativismo Animal e Vegetal e a Criação Animal. Entretanto, estão subordinados, de alguma forma pelo estabelecimento de relações comerciais, a lógica do trabalho efetivada por agentes sociais capitalistas. Um exemplo significativo são as modificações nas relações de trabalho com o aparecimento de relações na organização social do trabalho das ligadas ao turismo ecológico.

- As propostas de turismo vêm provocando mudanças que paradoxalmente colocam a Agricultura Familiar no dilema de despendar força de trabalho para a manutenção da organização espacial produtiva em sistema agroflorestal para a sustentação familiar e, mais recentemente, para apreciação pelos turistas e concomitante liberar força de trabalho para manter a limpeza e prestar serviço nas áreas de lazer de final de semana e de turismo e ainda prestar os serviços de guia turístico regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cassetti, V. 1991. *Ambiente e Apropriação do Relevo*. São Paulo. Contexto. (Coleção Ensaios).
- Clark, K.; Uhl, C. 1987. Farming, Fishing and Fire in the History of the Upper Rio Negro Region of Venezuela. *Human Ecology*, 15: 1-126.
- IBGE- Instituto de Geografia e Estatística do Brasil. 1991. *Geografia do Brasil*. Vol. 3. Região Norte. Rio de Janeiro. FIBGE.
- Gaudemar, J. P. 1977. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*. Editorial Estampa. Lisboa. 405 p.
- Greenwood; E. 1973. *Metodologia da la Investigacion Social*. Buenos Aires. Editora Paidós. 126 p.
- IBAMA. 1991. Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Plano emergencial da estação ecológica das Anavilhanas*. Manaus. Amazonas.
- IERAM/SEDUC. 1995. Instituto de Educação Rural do Amazonas. Secretaria de Estado de Educação do Amazonas. *Cadastramento/mapeamento escolar. Relatório nº 026. Município Novo Airão. Período: 25.04 à 24.05.95*. Manaus. Amazonas.
- IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas 1997. *Plano Operativo janeiro de 1997*; Escritório Local de Novo Airão. Amazonas.
- Jordan, C. & Herrera, R. 1981. Tropical Rain Forest: Are Nutrients Really Critical? *American Naturalist*, 117:167-180.
- Latz, C. 1993. *Plano de Ação Emergencial da Estação Ecológica de Anavilhanas*. IBAMA. Brasília.
- Moran; E. 1990. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 367 p.

- Noda, S. N. 1985. *As Relações de Trabalho na Produção Amazonense de Juta e Malva*. ESALQ-USP. Piracicaba. São Paulo. 135 p. (Dissertação de mestrado).
- Noda, S. N.; Mamed, F. A.; Peixoto, G. N. A. 1991. Migração e Situação Fundiária no Estado do Amazonas. *Revista da Universidade do Amazonas: Série Ciências Agrárias*, 1 (1): 33-44.
- Noda, H. & Noda, S. N. 1994. Produção Agropecuária. In: *Amazônia uma proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental*. Brasília. IBAMA, p.129-155.
- Noda, S.N. 1997. *Espaço Social e Turismo no Rio Negro*. Universidade do Amazonas. CPG - Antropologia Amazônica. Manaus. Amazonas. 56 p. (monografia de especialização)
- Noda, H. (Coordenador); Campos, M. A. A; Ferraz, J. B.; Iriarte-Martel, J. H.; Mamed, F. A. ; Martins, G. C.; Melo, W. F.; Noda, S. N.; Peixoto, G. A. N. ; Ribeiro, G. A.; Saragoussi, M.; Silva, N. M. & Vieira, G. 2000. *Pequena Produção de Terra Firme no Estado do Amazonas*. Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas. 80 p.
- Oliven, R. G. 1992. *A parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 143 p.
- Paixão, I. L. S. 1984. *Estação Ecológica de Anavilhanas*. Ministério do Interior/ SEMA. Brasília. DF 33p.
- Porro, A. 1996. *O povo das águas: ensaio de Etno-história Amazônica*. Rio de Janeiro. Editora Vozes.
- Projeto de Lei do Senado Federal nº 119, de 1992.
- Ribeiro, B. G. 1995. *Os Índios das Águas Pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo. Companhia das letras. Editora da Universidade de São Paulo. 270 p.
- Singer, P.I. 1980. Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo. In: Moura, H. A. (Coord.); *Migração Interna: Textos Seleccionados. Tomo I*. BNB. Fortaleza. 432 p.
- Wanderley, V. & Menêzes, E. 1999. Do Espaço ao Lugar: Uma Viagem ao Sertão Brasileiro. In: Del Rio, V. & Oliveira, L. *Percepção Ambiental: A experiência Brasileira*. 2ª edição. São Paulo. Studio Nobel. 265p.

Resumo

O artigo mostra que o ecoturismo tem sido um dos principais meios de desenvolvimento econômico na região do Rio Negro e, nos últimos anos, vem absorvendo grande parte da agricultura familiar tradicional. Assim, a manutenção dos métodos de produção tradicionais depende de uma organização espacial e de uma integração das atividades econômicas que levem em conta as noções de sustentabilidade ambiental.

Abstract

The article shows that ecotourism has been one of the main instruments of economic development in the Rio Negro region, and in the recent years has absorbed considerable part of the traditional agriculture units. Therefore a policy to keep traditional farmers in the region should consider standards for land distribution as well as forms of production oriented towards sustainable development principles.

Os Autores

SANDRA DO NASCIMENTO NODA. É professora da Universidade do Amazonas, Faculdade de Ciências Agrárias.

HIROSHI NODA. É pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

ALCIONE RIBEIRO DE AZEVEDO. É bolsista do convênio INPA/CNPq.

AYRTON LUIZ URIZZI MARTINS. É pesquisador do Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus - ULBRA.

MARIA SILVESNÍZIA PAIVA. É bolsista do convênio INPA/CNPq.